

Volatilidade e abertura de capital

FRANCISCO BIANCHI E PAULO MONTEIRO*

Recentemente, testemunhamos uma enxurrada de empresas abrindo o capital numa operação financeira ainda incipiente no Brasil, mas muito conhecida nos mercados mais desenvolvidos, denominada Oferta Pública Inicial ou IPO, na sigla em inglês. O objetivo principal: aproveitar a chamada “janela de oportunidade” para se capitalizar através do lançamento de ações em bolsa de valores.

Do início do ano até o final de maio, jamais o Brasil assistiu a tantas ofertas de ações no mercado. Nesse curto período, o Brasil, suas empresas, investidores e potenciais acionistas — é permitido dizer com segurança — descobriram a bolsa.

Desde o final do mês passado, no entanto, a bolsa paulista, atingida pela iminente alta dos juros no mercado norte-americano e conseqüente redução da liquidez internacional, começou a se retrair e com grande aumento da volatilidade. Esse processo iniciou um ajuste nos ativos locais, o que trouxe a bolsa praticamente para os mesmos níveis do final do ano passado.

Algumas empresas, com essa recente correção, vêm sofrendo com a forte queda da bolsa e volatilidade do mercado das últimas semanas. Mais do que isso, algumas companhias, que preparavam suas estréias na bolsa, se colocaram em compasso de espera, antes de tomar qualquer decisão. A per-

gunta que se coloca, portanto, é a seguinte: a volatilidade pode afetar a abertura de capital experimentada recentemente?

Uma fila de quase dez empresas já recebeu, segundo a CVM, o aval do órgão regulador depois de entrarem com pedido de registro da operação junto à autarquia. Algumas parecem aguardar o melhor momento para iniciar o “roadshow”, programa de visitas que as empresas desenvolvem para apresentá-las junto a potenciais investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros.

O maior receio é que a pronunciada volatilidade dos mercados impeça uma maior demanda pelas ações e, claro, ninguém quer correr esse risco.

A volatilidade reduz momentaneamente os IPO, mas também pode ser aproveitada para uma melhor preparação pelas empresas antes de um momento tão significativo na vida de uma corporação quanto um IPO, que pode ser comparado à decisão de abrir a própria companhia. Na verdade, é como se a empresa estivesse começando uma nova vida, uma nova etapa em sua história.

Para o ex-presidente da CVM, Roberto Teixeira da Costa, apesar da alta volatilidade, o lançamento de ações veio para ficar. Em recente seminário em São Paulo, o executivo se mostrava muito confiante nessa nova forma de captação de recursos. Para Teixeira, as vantagens de uma empresa com capital

aberto passam pela maior proximidade com o cliente, maior visibilidade para a companhia e, conseqüentemente, a popularização de suas ações e da própria marca. Em última análise, portanto, tais vantagens compensariam a difusão do controle que inevitavelmente acompanham uma operação de abertura de capital.

Não é só isso. Outras oportunidades podem aparecer também. Só para citar um exemplo recente, ainda nesta semana, duas empresas anunciaram a recompra de ações ou do lote adicional (“green shoe”), que havia sido colocado no mercado para suprir a alta procura pelos papéis quando do lançamento inicial, numa forma de aumentar suas respectivas participações ou mesmo valorizar as ações em tempos bicudos. Na abertura de capital, grandes investidores estrangeiros ficaram com participações significativas e a operação de recompra, num momento em que as ações estão menos valorizadas, pode ajudar a equilibrar melhor essa balança.

Para muitas empresas, o processo de abertura de capital é natural, e decorrente de seus fortes fundamentos financeiros e a idéia central é que, para estes casos, efeitos como o atual de alta volatilidade não impedirão o crescimento das mesmas.

* Consultores, especial para a *Gazeta Mercantil*
E-mail: mverissimo@gazetamercantil.com.br